



Apresentação Dossiê: Políticas de Educação Superior: para onde caminha a universidade?

Maria da Graça Nóbrega Bollmann¹
Letícia Carneiro Aguiar²

Há muito tempo a Educação Superior, em especial a universidade, vem enfrentando desafios no âmbito da educação brasileira. Com a finalidade de levar a cabo a reflexão sobre essa temática, pensamos em abrir uma possibilidade para o diálogo, para o debate e produção científica na forma deste dossiê. Essa chamada, realizada por edital público resultou num elenco de textos que veio contribuir para ampliar a discussão sobre a educação superior, compreendendo-a no âmbito das políticas educacionais a partir de diferentes enfoques e pontos de vista. Os textos aqui publicados, de um modo geral, na sua maior parte revisam e sintetizam a literatura mais recente; se orientam pelo enfoque da história e da política e resultam de pesquisas realizadas. E, todos se dedicam, de algum modo, a atualizar a literatura como contribuição ao conhecimento produzido no âmbito da investigação.

Vivenciamos um momento em que a política educacional brasileira; em termos de planejamento e financiamento, adquire materialidade com a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. O processo democrático iniciado nos anos 1980 pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que atuou desde o processo Constituinte (1986-1988), pela intervenção na tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), culminou com a elaboração e apresentação no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado da República) do primeiro Plano Nacional de Educação, Projeto de Lei nº 4.155, de 03 de fevereiro de 1998, antes mesmo do governo Fernando Henrique Cardoso apresentar sua proposta de Plano elaborada no âmbito do Ministério da Educação (MEC), após, aprovada como Lei nº 10.172 de 09 janeiro de 2001. Os movimentos da sociedade civil brasileira nos anos 1990 e nos anos 2000 preocupavam-se com a crescente influência do Consenso de Washington na concepção de Educação Superior, e que resultou num processo de privatização nunca antes vivido no país e que perdura até hoje, ainda que

¹ Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992) e Pós-Doutorado em Educação na Universidade de Lisboa (2009) como bolsista CAPES. Docente do quadro permanente (tempo integral) da Universidade do Sul de Santa Catarina e exerce o cargo de Coordenadora do Programa de Pós-Educação em Educação - mandato 2013-2016 (PPGE/Unisul). E-mail: <gracabol@uol.com.br>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora de Tempo Integral na Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, lecionando em cursos de graduação e pós-graduação, sendo Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/Curso de Mestrado. E-mail: <leticia.aguiar@unisul.br>



minimizado com a ampliação do número de universidades públicas no governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Por meio desse processo, um enorme contingente de jovens de 18 a 24 anos foi excluído ou sequer teve oportunidade de ser absorvido nessa etapa importante da educação brasileira, em 2012, somente 15,8% deles acessaram a esse nível de ensino. Esse quadro se agrava, principalmente, ao se verificar, de acordo com dados do MEC/2012, que apenas 27% das matrículas no Ensino Superior era no setor público, contra 73% no setor privado, intensificando mais ainda as desigualdades educacionais. Em relação à Educação Superior, o novo Plano Nacional de Educação, elaborado em um novo momento da história política do país e atendendo a um processo democrático em que a sociedade brasileira contribuiu com suas propostas nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE), mostra na Meta 12 a elevação da “taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” BRASIL, 2014, (p. 41).

A publicação deste dossiê vem ocupar um espaço de valorização do debate e da produção científica sobre o tema Educação Superior, apresentando contribuições para a compreensão da concepção de Educação Superior sustentada no fazer acadêmico e na pesquisa. Buscamos, desse modo, com o intuito de expressar, no conjunto de artigos no âmbito de diferentes concepções teóricas, o pensamento crítico, oferecer para leitura um elenco de artigos elaborados por colegas pesquisadores e pesquisadoras, alunos e alunas da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que, a partir do cotidiano de suas pesquisas, nos brindaram com seus escritos. Este número da Revista *Poiésis* foi, também, inspirado na pesquisa sobre Educação Superior da Redelberoamericana de Investigación em Políticas Educativas (União Europeia) realizada entre 2010 e 2013 e da qual participaram as autoras deste dossiê.

O dossiê conta, na sua abertura, com o artigo do professor **Dante Castillo**, da Universidade do Chile e doutorando na Universidade de Lyon (FR), pesquisador integrante da Programa Marco InterUniversitário para uma Política de Equidade e Coesão Social na Educação Superior (RIAIPE), *La función de la evaluación en las políticas neoliberales del sistema escolar chileno*, em que aborda, de maneira crítica, a implementação dos sistemas de avaliação no Chile e analisa o impacto da avaliação nas representações e práticas do sistema escolar. Também, da mesma maneira, o artigo se refere à forma em que esses sistemas de

avaliação contribuem a reformar a política de privatização que tem caracterizado este país nas últimas décadas, o que favorece a legitimação das políticas de obtenção de recursos, acentuando as desigualdades existentes.

Leandra Boer Possa e **Maria Inês Naujorks** contribuem com o artigo a *Análise da política de expansão universitária: um dispositivo de regulação dos modos de viver do jovem brasileiro*, no qual apresentam uma análise de como os discursos sobre a formação em nível superior, no presente, constituem-se em modos de subjetivação dos jovens brasileiros. Para isso, tomam como materialidade de análise o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), sendo a problemática contextualizada em relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Concluem, afirmando que o REUNI constitui-se em uma estratégia que tem como meta subjetivar um modo de produtividade empreendedora para os jovens brasileiros já que ordena, normatiza, faz o controle do risco social e gerencia individualidades.

Norberto Dallabrida e **Leticia Vieira**, com sua contribuição que aponta para a compreensão, na perspectiva bourdieusiana, escrevem sobre *A inserção universitária dos alunos/as egressos/as do Colégio Estadual Dias Velho da década de 1950*, indicando que no estado de Santa Catarina, o ensino secundário de caráter público e gratuito foi implantado de forma tardia e restrita, e que, apenas em 1950, passou-se a oferecer educação secundária completa para as frações de classes não abastadas da capital catarinense, concluindo que a formação secundária de qualidade oferecida pelo educandário público possibilitou, para a maioria quase absoluta dos egressos, uma efetiva inserção no Ensino Superior, mas com clara assimetria de gênero.

Na mesma linha das políticas para a Educação Superior, o artigo *O Curso de Engenharia Elétrica do IFPB no cenário da expansão da Educação Superior no Brasil e os desafios para uma formação humanística*, de **Francisco das Chagas Silva Souza** e **Silvia Helena dos Santos Costa e Silva**, situa-se nesse campo, tendo como enfoque o Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. Apontam dois objetivos para essa discussão: investigar a criação desse curso, em 2007, tomando como referências as políticas voltadas para a educação no início deste século; e analisar o projeto pedagógico desse curso, tendo como base as discussões sobre a necessidade de um enfoque humanístico na formação do engenheiro para o século XXI.

Vera Lucia Jacob Chaves e André Rodrigues Guimarães, com o artigo *Repercussões da crise do capital no trabalho do docente da universidade pública brasileira*, desenham o objetivo de analisar o trabalho docente universitário no contexto da crise estrutural do capital. Partem, para isso, da tese de que o processo de contrarreforma do Estado brasileiro e da Educação Superior é decorrência de tal crise. Com isto os autores afirmam que a educação é crescentemente submetida à lógica privado-mercantil com a proliferação de instituições e matrículas no setor privado.

Daniele Rego Novaes e Hustana Maria Vargas, oferecem subsídios, no artigo *Critérios de ingresso no Ensino Superior pela via da reserva de vagas: uma discussão sob a lente das engenharias*, para uma discussão acerca dos critérios (cor, renda, origem escolar) que qualificam os candidatos a pleitear vagas via política de cotas, examinando o caso de um curso de elevado prestígio social em instituição altamente concorrida, o curso de Engenharia da UFRJ. A questão é examinada com base no perfil socioeconômico dos cotistas de quatro cursos de engenharia que ingressaram em dois desenhos distintos de política afirmativa de reserva de vagas: a política de autoria da própria instituição praticada em 2012 e a Lei de Cotas adotada pela UFRJ em 2013. À luz de referencial teórico oriundo da Sociologia da Educação, os resultados permitem a comparação entre as duas políticas e problematizam as ações afirmativas quanto aos critérios utilizados.

Nas *Políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira: uma análise dos planos nacionais de educação 2001-2010 e 2014-2024 - uma estratégia para a redução das desigualdades sociais e escolares?*, a autora **Claudia Valente Cavalcante** analisa como as políticas de cotas nas universidades públicas brasileiras, previstas nos Planos Nacionais de Educação 2001-2010 e 2014-2024, foram impactadas pelas Conferências Internacionais para a Educação Superior de 1998, 2003 e 2009. Apresenta, ainda, uma discussão sobre as políticas de ações afirmativas na Educação Superior brasileira com enfoque teórico em Bourdieu, principalmente sobre as desigualdades sociais, escolares e meritocracia.

Já os autores **Paulino Eidt e Roque Strieder**, no seu artigo *Responsabilidade social da universidade: uma leitura na região oeste de Santa Catarina/Brasil*, contam a história da criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, nos marcos da dinâmica que se estabeleceu desde o início da colonização da região que se caracterizou pela predominância das iniciativas comunitárias na organização da vida socioeconômica e cultural da população.

Isso demarcou a criação do sonho de trazer o Ensino Superior para o interior do estado de Santa Catarina que teve seu marco com a criação da primeira Instituição de Ensino Superior (IES) no final da década de 1970. Após intensa mobilização da sociedade regional, adotou-se a universidade comunitária como a ideal, em face de seu compromisso com a responsabilidade social.

Ainda, com o intuito de contribuir para o dossiê sobre Educação Superior, as autoras **Rosanna Maria Barros** e **Sara Mónico Lopes** descrevem *As políticas de Ensino Superior em Portugal e o caso dos estudantes não tradicionais: reflexões sobre o direito dos adultos à Educação (Superior)*. No artigo, as autoras se propõem a mapear alguns aspectos da evolução das políticas públicas de Ensino Superior em Portugal, usando as propostas teóricas de Pires (2014) e de Barroso, Carvalho, Fontoura e Afonso (2007), para refletir sobre a mais recente medida política que visou a democratizar o acesso dos adultos (maiores de 23 anos) ao Ensino Superior. Apresentam aspectos da dimensão simbólica das políticas públicas captadas através de uma metodologia qualitativa, em uma dimensão crítica.

Em *O processo de inclusão no Ensino Superior: encontros e desencontros dos sujeitos que participam deste processo*, de autoria de **Fabiano Furlan** e **Sônia Maria Ribeiro**, o estudo desenvolvido em uma universidade catarinense teve como objetivo investigar o processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais (NE), da matrícula ao acolhimento em sala de aula, concluindo que a postura dos chefes de departamento alternou, indo da isenção de responsabilidades à participação ativa no processo de inclusão.

As autoras **Ana Maria Freitas Teixeira** e **Cristina Larrea-Killinger**, ao se dedicarem ao estudo da *Expansão e democratização do Ensino Superior na Bahia: a implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia e as expectativas dos alunos do ensino médio público*, analisaram etnográfica e sociologicamente alguns aspectos relacionados à extensa área de abrangência no interior do estado, região carente de oferta no Ensino Superior público.

Ainda na perspectiva de estudos sobre a Educação Superior, o artigo *Formação pedagógica institucionalizada para o docente na/da Educação Superior: tempo de contradições*, as autoras **Meirecele Calíope Leitinho** e **Ana Maria Iorio Dias** discutem a formação pedagógica institucionalizada para professores da Educação Superior, situando-a no âmbito de Políticas de Desenvolvimento Profissional Docente que integrem formação com profissionalização. Abordam essa temática tendo, como categoria

central de análise, a *contradição* no contexto de uma *práxis* interpretativa, da realidade e de seu desenvolvimento de natureza dialética.

As autoras do artigo *A expansão do Ensino Superior no Brasil pelo Programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal?*, **Graziela Giusti Pachane** e **Bruna de Melo Vitorino**, abordam o impacto das recentes políticas educacionais nas condições de trabalho dos professores, em especial o REUNI e, a partir delas, seus reflexos na qualidade da educação ofertada nas universidades brasileiras. E concluem que, embora o REUNI, por um lado, tenha significado real de ampliação da oportunidade de acesso ao Ensino Superior, por outro, deixa muito a desejar no que diz respeito à infraestrutura universitária, condições de trabalho dos professores e na qualidade da educação ofertada, o que leva ao questionamento proposto no título.

Finalizando a contribuição dos diversos autores e autoras, o artigo de **Amanda Pires Chaves** e **Maura Maria Morita Vasconcellos**, *Docência Universitária: formação pedagógica no Stricto Sensu*, tem como foco a formação para a docência universitária em que o objetivo principal foi analisar ações e propostas relativas à formação docente para a Educação Superior na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, por meio de estudo qualitativo e de caráter exploratório-descritivo na área de Educação Física.

Neste final de apresentação dos temas e seus autores e autoras, esperamos que esta contribuição venha ao encontro de suas reflexões acadêmicas e colabore para qualificar sua postura em relação à política educacional brasileira, mas, especialmente, a Política de Educação Superior em seus desafios e perspectivas.

Agradecemos aos autores e autoras que contribuíram para a elaboração deste dossiê, que conta com 14 artigos, sem os quais não seria possível esta publicação.

Desejamos uma boa leitura a todos e todas,

As organizadoras.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década**. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhendo_20_metas.pdf. Acesso em: dez. 2015.